

O DIREITO À EDUCAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DA PNAD: UM OLHAR PARA O ANALFABETISMO NO BRASIL

Jaqueline Aparecida Cardoso (UFPR) jaquelinecardoso@ufpr.br

Gabriela Schneider (UFPR) gabrielaschneider@ufpr.br

Introdução

A Constituição Federal (CF), estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo essa oferta calcada em diversos princípios, dentre os quais, destaca-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, art. 206 - I). Além disso, a CF prevê a garantia de “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL, 1988, art. 208 – I).

Nesses 36 anos de CF se percebe diversos avanços legais em termos da ampliação do acesso e da obrigatoriedade, de investimentos, ainda que com queda desde 2016, de melhoria no fluxo escolar. Apesar desses avanços, ainda se convive com problemas de analfabetismo e não conclusão da educação básica. De acordo com Simões (2019) ainda não se pode falar em universalização do acesso à educação básica, quando se entende o conceito a partir da ideia de integralidade (todas as séries concluídas) e igualdade (sem discriminação).

O analfabetismo é persistente na sociedade brasileira, é um problema que possui uma longa história no país e reflete problemas estruturais não superados (HADDAD e SIQUEIRA, 2015). De acordo com dados da PNAD e Unesco, o Brasil possuía taxa de analfabetismo de 13,6% em 2000, mais de 16 milhões de pessoas, enquanto países vizinhos como a Argentina e Chile possuíam taxa de 3,2% e 4,2%, respectivamente (PINTO et al., 2000). Isso ajuda a mostrar a proporção da violação do direito humano à educação na sociedade brasileira.

Ante o exposto, este trabalho tem como objetivo verificar a garantia do direito à educação, com base no indicador de taxa de analfabetismo.

Metodologia

A pesquisa de abordagem exploratória e quantitativa tem como fonte os dados produzidos no âmbito do Laboratório de Dados Educacionais a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) - Suplemento Educação dos anos de 2016, 2018 e 2022. O indicador de analfabetismo refere-se à população que declara não sabe ler ou escrever e que tem menos de 4 anos de estudo, apesar de ser um estudo amostral, pode ser generalizado para a população, tendo em vista a robustez no seu desenho.

Resultados e discussão

Ao analisar os dados sobre a taxa de analfabetismo no Brasil (Tabela 1) é possível perceber uma tendência de diminuição do percentual e mesmo relativa do número de analfabetos. É perceptível a melhoria nesse indicador, especialmente quando se constata que, em 2000 o percentual de analfabetos era de 13,6% (PINTO et al., 2000).

Tabela 1: População analfabeta ou não, com 15 anos ou mais, Brasil, 2016, 2018 e 2022.

Anos	Analfabetismo - 15 anos ou mais			
	Não		Sim	
	N	%	N	%
2016	148.397.564	93,3%	10.686.585	6,7%
2018	152.601.504	93,7%	10.262.594	6,3%
2022	160.220.364	94,4%	9.560.031	5,6%

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE, 2024) a partir dos dados da PNADC - Suplemento à Educação.

Ainda, a partir da Tabela 2, é possível verificar que especialmente nas faixas etárias mais novas a taxa de analfabetismo é mais baixa, indicando que o processo de ampliação do acesso à escola tem colaborado para essa diminuição, embora ainda se perceba jovens e adultos analfabetos, mesmo aqueles entre 15 e 17 anos, idade que ainda é considerada como obrigatória.

Tabela 2: Percentual da população analfabeta ou não, com 15 anos ou mais, por faixa etária, Brasil, 2016, 2018 e 2022.

Faixa etária	2016		2018		2022	
	Analfabetismo - 15 anos ou mais		Analfabetismo - 15 anos ou mais		Analfabetismo - 15 anos ou mais	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
15 a 17 anos	99,4%	0,6%	99,4%	0,6%	99,5%	0,5%
18 a 24 anos	99,0%	1,0%	99,1%	0,9%	99,2%	0,8%
25 a 29 anos	98,6%	1,4%	98,8%	1,2%	99,0%	1,0%
30 a 40 anos	96,5%	3,5%	97,1%	2,9%	97,9%	2,1%
41 a 50 anos	93,4%	6,6%	93,9%	6,1%	94,9%	5,1%
51 a 64 anos	89,2%	10,8%	89,9%	10,1%	91,1%	8,9%
Mais que 64 anos	76,3%	23,7%	78,2%	21,8%	81,6%	18,4%
Total	93,3%	6,7%	93,7%	6,3%	94,4%	5,6%

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE, 2024) a partir dos dados da PNADC - Suplemento à Educação.

Apesar da melhoria dos processos de escolarização e consequentemente da diminuição do analfabetismo, uma parcela significativa da população ainda é analfabeta e está mais concentrada em determinados grupos e regiões. É possível perceber uma relação entre um maior percentual de analfabetismo em regiões mais pobres, o que já havia sido constatado por Pinto et al. (2000). Na Tabela 3, se observa um alto percentual de analfabetos na região Nordeste (11,7%) com 5,3 milhões de analfabetos, o que representa mais da metade da população analfabeta brasileira (9,6 mi – ver Tabela 1). O Norte apresenta um percentual alto (6,4%), mas em número absoluto fica atrás do Sudeste com 2,1 mi de analfabetos. Disso, chama-se a atenção, obviamente para o Nordeste, mas também para os números absolutos. Por uma questão de maior distribuição da população, o Sudeste, mesmo tendo percentual mais baixo (2,9%), ainda representa um quantitativo expressivo de pessoas analfabetas, tomando o segundo lugar enquanto região.

Tabela 3: População analfabeta ou não, com 15 anos ou mais, por região, Brasil, 2022.

Região	Analfabetismo - 15 anos ou mais			
	Não		Sim	
	N	%	N	%
Norte	13.126.159	93,6%	904.711	6,4%
Nordeste	39.693.140	88,3%	5.283.403	11,7%
Sudeste	71.094.597	97,1%	2.121.134	2,9%
Sul	23.767.940	97,0%	724.449	3,0%
Centro-oeste	12.538.528	96,0%	526.335	4,0%

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE, 2024) a partir dos dados da PNADC - Suplemento à Educação.

A questão de renda está fortemente associada a maior exclusão educacional (SIMÕES, 2019) e, portanto, relaciona-se diretamente a maiores taxas de analfabetismo. Na Tabela 4 é possível constatar que o percentual mais expressivo do analfabetismo é da faixa de mais de ½ até 1 salário-mínimo, de 36,5%, ou seja, bem maior que o da população em geral. No acumulado, é possível verificar que 71,9% da população tem renda per capita de até 1 salário-mínimo. Nessa tabela também é possível perceber que a maior parte da população (coluna Total populacional) tem renda per capita de mais de ½ até 1 salário-mínimo (28,6%), seguido da renda de 1 até 2 salários-mínimos (26,2%). O acumulado mostra que mais da metade da população (56,8%) tem renda per capita de até 1 salário-mínimo.

Tabela 4: Percentual da população analfabeta ou não, com 15 anos ou mais, por renda per capita, Brasil, 2022.

Renda per capita	Analfabetismo - 15 anos ou mais			
	Não		Sim	
	N	%	N	%
Até ¼ salário mínimo	13.709.998	8,6%	1.442.011	15,1%
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	23.295.151	14,5%	1.947.047	20,4%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	44.695.656	27,9%	3.487.909	36,5%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	46.378.902	28,9%	2.398.597	25,1%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	14.926.241	9,3%	199.881	2,1%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	9.899.653	6,2%	61.231	0,6%
Mais de 5 salários mínimos	7.041.745	4,4%	13.491	0,1%
Não declarado / Ignorado	273.019	0,1%	9.864	0,1%

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE, 2024) a partir dos dados da PNADC - Suplemento à Educação.

Como se percebe, apesar da garantia à educação, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à idade considerada adequada, ainda é um desafio que demanda investimento público. Analisar a taxa de analfabetismo é importante, mas a compreensão do direito também passa por entender um pouco mais sobre o processo de exclusão que sofrem esses sujeitos, analisando quantos frequentaram ou não à escola, que pode ser medido, por exemplo através do indicador de anos de estudos. Segundo Pinto et al. (2000), em municípios onde a média de anos de estudo é elevada, o número de analfabetos é pequeno. A Tabela 5 apresenta o cotejamento do analfabetismo com os anos de estudo para a população com 15 anos ou mais.

Tabela 5 : Anos de estudo da população analfabeta, com 15 anos ou mais, Brasil, 2016, 2018 e 2022.

Anos de estudo	2016		2018		2022	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7.447.799	69,7%	6.846.211	66,7%	6.420.617	67,2%
1 ano de estudo	1.414.054	13,2%	1.448.157	14,1%	1.246.076	13,0%
2 anos de estudo	999.277	9,4%	1.086.486	10,6%	988.670	10,3%
3 anos de estudo	825.454	7,7%	881.741	8,6%	904.667	9,5%
Total	10.686.584	100,0%	10.262.595	100,0%	9.560.030	100,0%

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE, 2024) a partir dos dados da PNADC - Suplemento à Educação.

É interessante chamar atenção que a maior parte dos analfabetos tem menos de 1 ano de estudo ou nenhuma instrução, isso indica que nem chegaram a frequentar a escola ou se frequentaram, não chegaram a concluir um ano de escolarização. Apesar do avanço no acesso à educação básica, tais dados sinalizam que ainda é necessário investir em escolas e na permanência dos estudantes.

As análises sinalizam a necessidade de um olhar para os processos de inclusão escolar para a diminuição das exclusões externas, em tempos de rediscussão do Plano Nacional de Educação e de retomada de políticas educacionais mais inclusivas, a análise de dados indicadores pode contribuir para o melhor desenho de políticas, ações e direcionamento de investimentos.

Conclusões

Analisar os índices de analfabetismo e anos de estudo ajuda a verificar o quanto a população não tem seu direito a educação garantido e o tamanho do desafio a ser superado. Nesse sentido, este trabalho mostrou que o analfabetismo ainda é latente na sociedade brasileira em 9,6 milhões de pessoas em 2022. Esse número tem decrescido ao longo dos anos, porém ainda é muito grande.

As regiões e renda per capita ajudam a verificar desigualdades sociais e socioeconômicas a serem enfrentadas. O Nordeste apresenta mais da metade dos analfabetos (5,3 milhões) e as rendas per capita mais baixas concentram o maior percentual de analfabetos. Nesse sentido, políticas de distribuição de renda e emergenciais aumentam as chances de permanência na escola. Em relação aos anos de estudo, chama atenção que muitos

analfabetos nunca chegaram a frequentar a escola ou não concluíram nem um ano de escolarização.

Esses resultados mostram o não atendimento ao princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola previsto na CF e nem sequer a garantia do direito a educação. Reforça a importância de medidas a serem tomadas para reduzir o analfabetismo e as desigualdades, bem como aumentar os anos de estudo da população. Nesse sentido, acentua-se a importância da disponibilidade de dados que permitam identificar a realidade para direcionar políticas públicas assertivas.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

Laboratório de Dados Educacionais (LDE). Plataforma de Dados. Indicador Características da População. UFPR, UFG, 2024. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br>.

SIMÕES, A. Acesso à Educação Básica e sua Universalização: missão ainda a ser cumprida. 5 anos de Plano Nacional de Educação. **Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**; p. 17-62, v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista brasileira de alfabetização**, n. 2, 2015.

PINTO, José Marcelino et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 199, 2000.